

# O sirventês político: um discurso da utopia

MARLEINE PAULA MARCONDES E FERREIRA DE TOLEDO

Universidade de São Paulo (USP)

Na concepção nada idealista de Bobbio (1986, verbete *Política*), a Política é a práxis humana que tem como ponto de partida ou de chegada o estado, a *pólis*. Para atingir seus objetivos, que são múltiplos, a atividade política usa a coerção e a força física, o que pode culminar em guerra. Em vista disso, atrita com a moral, que não admite qualquer forma de violência ou repressão, até quando os objetivos perseguidos forem muito desejáveis.

Essas marcas da práxis política estão presentes em vinte e três poemas satíricos da literatura medieval galego-portuguesa, naturalmente pelo avesso e muitas vezes de forma jocosa, por tratar-se de sátira.

Essas composições, cantigas ou sirventeses datam, mais ou menos, da segunda metade do século XIII e dizem respeito aos acontecimentos históricos de maior monta daqueles tempos: a luta pela expulsão dos mouros e algumas dissensões internas concomitantes, como a deposição de D. Sancho II, de Portugal. Deixam entrever uma forma pré-estatal centrada no rei; tratam de guerras de conquista ou de defesa dos territórios. Percebe-se, subjacente, alguma noção de pátria e, conseqüentemente, rudimentos de nacionalismo; muitas vezes a moral é deixada de lado, quando o apelo ao engodo, à farsa e à violência parecem perfeitamente justificáveis em vista dos fins a serem atingidos.

A primeira impressão que a leitura desses poemas provoca é de queixas reiteradas contra o medo, covardia, deserção, traição dos combatentes, as quais muito pouco poderiam interessar ao público de hoje. Seu exame em profundidade, contudo, acrescido de confronto com a literatura gética coeva e com textos documentais, aguça o interesse e a curiosidade, sobretudo por mostrarem o reverso da medalha do celebrado heroísmo cavaleiresco medieval. Ao deparar, por exemplo, com um cavaleiro cristão que,

de medo dos mouros, vertia um rio maior que o Guadalquivir, é impossível não passar, pensando nas ousadias do Cid ou nas virtudes guerreiras de D. Afonso Henriques.

Censuras desse tipo encontram respaldo em textos históricos, apoiados em farta documentação da época. É o que se pode ver, por exemplo, na *História de Portugal*, de Alexandre Herculano, que, muitas vezes, coloca em dúvida o aspecto heróico, religioso e nacionalista da cruzada hispânica contra os mouros. Algumas das pilhérias mais ou menos pesadas contra inúmeros combatentes têm, pois, certo valor documental. Registram instantes anedóticos, que a historiografia oficial, encomiástica, preferiu ignorar.

Por outro lado, quer no plano das idéias, quer no estilístico e semântico, a intenção recôndita desses poemas é fortemente conativa. Todos anseiam mudança de atitude. Ao pintar com tinta forte e sarcástica o medo, a covardia, a traição, o roubo, a desonestidade, o poeta está querendo que seus leitores façam o contrário. Com efeito, quem gostaria de espelhar-se em certo Dom Fulano, que, quando sentiu o cheiro da guerra, se sacudiu, se revolveu, levantou o rabo e fugiu para casa?

O *caráter suasório* deste discurso satírico permite inferir que, investindo contra o *status quo*, o satirista tem em mente um modelo político utópico, que restabelece a pirâmide medieval e revaloriza as virtudes cavaleirescas; um modelo construído sobre o belicismo, que exalta a guerra como instrumento de defesa e de conquista e como ocasião privilegiada de aprimorar e demonstrar qualidades patrióticas e viris.

Entretanto, o *caráter satírico* deste discurso suasório faz pensar em ocultas intenções do satirista. Seria ele, realmente, porta-voz da utopia da classe dominante, da exaltação do poder, ou estaria sub-repticiamente, sob o diáfano véu da ironia, propondo outro tipo de utopia, uma utopia dissidente?

Ao menos por suscitar tal gama de indagações, a sátira política medieval galego-portuguesa, em certa medida, transcende os limites das injunções culturais e alcança foros de universalidade. Sob essa óptica, seu móvel mais profundo está dentro das angústias existenciais de todo homem.

*À Guisa de Exemplo*

C. 24 (CBN. 494; CV. 77)

Quem atravessou a serra  
e não quis servir a terra  
é agora, entrando a guerra,  
que fareja?

5 Pois ora muito se engana,  
maldito seja!

Quem levou o dinheiro  
 e não trouxe os cavaleiros  
 é para não ir entre os primeiros  
 10     que fareja?  
 Pois que vem com os derradeiros,  
        maldito seja!

Quem recebeu grande soldo  
 e nunca fez cavalgada,  
 15     é para não ir a Granada  
        que fareja?  
 Seja rico-homem ou tenha mesnada  
        maldito seja!

Quem meteu dentro do alforje  
 20     poucos bens e muita manha  
 é para não entrar em Veiga  
        que fareja?  
 É mais mole que manteiga,  
        maldito seja!

Com esse escárnio —o mais belo que escreveu, na opinião de LAPA (1973:193)— o rei Afonso X critica acerbamente a vacilação de um rico-homem<sup>1</sup>, prestes a apresentar-se com seus guerreiros na planície de Granada, para lutar contra os mouros. Chegou atrasado e de má vontade: a palavra *fareja* (no original, *faroneja*) traduz hesitação, desconfiança, prudência covarde de quem não quer arriscar a pele para servir a seu senhor e a sua terra; quase que visualiza um esticar de focinho para reconhecer o terreno e certificar-se da gravidade dos riscos.

O cavaleiro, ainda que seja rico-homem e traga mesnada<sup>2</sup>, contraria, sob variadas formas, as expectativas ideais bélicas, patrióticas e até religiosas do tempo. O guerreiro ideal devia obediência e fidelidade sem limites ao chefe, sendo o soldado a garantia de sua lealdade frente ao inimigo. A traição aos seus, um pecado mortal. A defesa da fé sobrepujava a da pátria, já que o homem medieval era, pelo menos nomi-

<sup>1</sup> Representante da primeira classe da nobreza em Portugal, desde a fundação da monarquia (Cf. GAMA BARROS, H. *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*. 2. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1945, V. II, p. 349-359).

<sup>2</sup> Do prov. *maisnada*: porção de soldados assalariados; tropa mercenária. (Novo Dicionário Aurélio).

nalmente, em primeiro lugar, um cristão. Sua moral era a da honra: esforçava-se por ser o primeiro, levando em alta consideração o que outros poderiam comentar acerca de seu comportamento nos combates<sup>3</sup>.

O cavaleiro vituperado, primeiramente, malversou o soldo: levou o dinheiro e não trouxe cavaleiros (v 7-8); recebeu o salário e não fez cavalgada (v 13-14); trouxe o alforje vazio de bens e cheio de manhas (v 19-20). Não se importava em sobressair, ocupando lugar de destaque, já que, em vez de vir com os primeiros, chegava com os derradeiros (v 9-10). E opinião dos outros, coevos ou pósteros, pouco se lhe dava. Não chega à traição, mas resvala pela deserção, pois fareja os ares antes de entrar na guerra (v 4); evita a primeira linha (v 9-10); hesita em permanecer em Granada, palco da luta (v 15 e 21). Nada do vigor físico, da combatividade, da energia e do destemor do herói das gestas —é mais mole que manteiga (v 23). Finalmente, o adversário é um inimigo religioso; a guerra é, em última análise, de Cristo contra o Islã. Onde foi parar a fé? Que motivações mais profundas teriam levado o cavaleiro a negligenciar seus deveres para com a pátria e a religião? Subjacente ao medo, covardia, desinteresse, suborno, malandragem, não poderia haver um catalisador mais velado e potente?

Em todo discurso satírico existe uma convenção tácita de que o real está decadente, mas os desvios não são percebidos como tais e chegam a assumir caráter de normalidade, por estarem todos os homens imersos na patologia. Do meio deste caos, faz-se ouvir a voz profética do satirista, fazendo denúncias, induzindo a mudanças e superações.

O contexto da sátira política luso-galega é Portugal e adjacências, durante a segunda metade do século XIII. Enquanto toda a Península estava às voltas com a expulsão dos mouros, enquanto alguns reinos brigavam entre si por razões particulares, os portugueses acrescentavam a essas disputas os percalços da guerra civil pela posse da coroa.

Se os sirventeses políticos se detivessem neste nível, poderiam confundir-se com um discurso apenas panfletário. Entretanto o que constitui sua maior riqueza e que os qualifica como modalidade satírica é uma ambigüidade intrínseca, uma recusa a revelar totalmente seus segredos.

O discurso satírico é intrigante exatamente por causa desse seu caráter escorregadio. Possui defesa natural contra todos os alçapões interpretativos e classificatórios. É comparável a um calidoscópio semântico, em que os produtos terminais variam conforme a reinterpretação dos signos.

<sup>3</sup> Cf. VEDEL (1933) e BOBBIO (1986, verbete *Nação*).

Nesta perspectiva, o sirventês político galego-português pode ser uma sátira da realidade espaço-temporal de seu contexto –mas pode, também, paradoxalmente, ser uma sátira desta sátira.

Com efeito, a leitura mais óbvia das vinte e três composições classificadas como sirventeses políticos leva às invectivas referidas. Mas outro tipo de leitura, abrangente e carnalizada, torna possível duvidar dessas invectivas. Em outras palavras, os sirventeses políticos permitem acreditar que a solução para os desvios está em substituir os vícios e defeitos humanos em jogo na atividade político-militar pelas virtudes correspondentes. Trocar o medo e a covardia pela coragem, pelo ardor bélico e patriótico, pela obediência ao rei, pela defesa da fé. Por outro lado, se atentarmos para o quadro grotesco, absurdo e carnalizado que eles configuram, quando tomados em sua totalidade, seremos levados a descreer dessas soluções imediatistas. Não seremos levados a detectar as causas da subversão social no desrespeito aos valores preestabelecidos, mas a duvidar desses próprios valores.

Assim, as razões mais profundas do caos político e social poderiam estar no entendimento das instituições medievais como valores absolutos. Neste caso, o que se questiona é a própria validade dessas instituições, não seu desrespeito. Coloca-se em dúvida a própria validade da práxis política.

Norberto Bobbio<sup>4</sup> observa que até hoje não houve grupo social organizado que tenha conseguido desmonopolizar o poder coativo, subtraindo-o das mãos do Estado. Isso significaria o fim da Política e «*constituiria um verdadeiro e autêntico salto qualitativo, à margem da história, para o reino sem tempo da utopia*».

Por conseguinte, uma leitura carnalizada desta coletânea de cantigas pode responsabilizar o poder político em si, coator por excelência, pelo grotesco e absurdo da situação. Seu amoralismo é um dado *real*, porque observável em todos os tempos e lugares –mas pode não ser um dado *normal*, que corresponda às notas ontológicas do homem.

Nessa linha de considerações, e movendo-me dentro do referencial sagrado da Idade Média, chego a entrever no sirventês político o aceno a uma utopia paradisíaca, milenarista ou não, para reconstruir a sociedade em outras bases.

Em termos classificatórios, essa utopia poderia ser a mítica ou a cristã, ou ainda um sincretismo de ambas, visto que era mais ou menos esse o contexto do sagrado naqueles séculos.

Um terceiro elemento, contudo, deve ser levado em conta nestas hipóteses: é impossível desprezar os resquícios das heresias na religiosidade medieval<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> *Dicionário de Política*, verbete *Política*, p. 957.

<sup>5</sup> Cf. Hilário Franco Jr., *op. cit.*

Os heréticos mais vizinhos são os cátaros<sup>6</sup>, que exerceram influência notável nos trovadores do Languedoc e conseqüentemente nos nossos, seus epígonos. Herdeiros dos maniqueus, acreditavam os cátaros (ou albigeneses) em dois princípios, o Bem e o Mal. Do primeiro, provinha tudo o que é espiritual e bom; do segundo, tudo o que é carnal e ruim. Em vista disso, o paraíso deveria obter-se por meio do mais absoluto desapego aos bens terrenos e de um ascetismo levado ao extremo.

A situação caótica delineada pelos sirventeses políticos pode aproximar-se do império do princípio do Mal. Sua superação estaria, pois, numa utopia de influência albigenese, de desprezo por todas as conquistas humanas, substituídas pelo ascetismo orientado para uma espécie de nirvana.

Remotamente, contudo, houve uma heresia de inspiração gnóstica, que parece ressurgir no anseio utópico-paradisíaco dos satiristas. São os encratitas<sup>7</sup> do século II, que, desvirtuando a liberdade interior oferecida pelo Cristianismo, entendiam poder autogovernar-se intimamente ( $C\sqrt{+K_Q\alpha C\omega}$ ), isentando-se de grande número de senhores e tiranos a que estavam anteriormente sujeitos. Essas convicções conduziram, naturalmente, para uma utopia social anárquica, em que o poder político seria substituído pelo poder da moral natural.

Hipóteses e suposições, naturalmente. Mas apenas por isso a coletânea de sirventeses políticos deve ser revalorizada, por permitir essa aventura do espírito e assim universalizar-se, mergulhando nas angústias existenciais de todo homem.

O entranhar-se no hipotético e na utopia não significa descaracterizar a feição documental da coletânea. O confronto com documentação da época já o fixou, bem como a utilização de algumas composições como fontes históricas.

Constituem, pois, os sirventeses políticos excelente instrumento histórico para penetrar os séculos antigos, naquilo que se pode chamar a sua «alma». É necessário, porém, lê-los, interpretá-los.

Penso, como L. Picchio<sup>8</sup>, que o filólogo não é apenas um «preparador» de textos, que o crítico literário pega para interpretar. Lutamos contra o fator tempo que, no dizer de Paul Zumthor<sup>9</sup>, torna às vezes o texto uma esfinge. Entretanto, num verdadeiro «processo policial»<sup>10</sup> de aquisição da verdade, procurei lançar mão de vários procedimentos hermenêuticos para vislumbrar a verdade dos fatos.

<sup>6</sup> Cf. BELLERON, Pierre [1948]. *La croisade contre les albigeois*. Paris: Plon.

<sup>7</sup> Mr. Pluquet e outros [ 1857: 840-841].

<sup>8</sup> *A lição do texto* (1979). Trad. de Alberto Pimenta. Lisboa: Edições 70. [Col. Signos, no. 20].

<sup>9</sup> *Essai de poésie médiévale* (1972). Paris: Éditions du Seuil.

<sup>10</sup> *Op. Cit.*, p. 124. «O filólogo estudioso de textos literários [...] não é preconceitualmente indiferente ou hostil às propostas que lhe chegam de toda a parte do alinhamento crítico. [...] Para o filólogo conta o «fim» e não os meios. E ele encara todas as técnicas hermenêuticas num mesmo plano [...], os olhos postos sempre naquele fim último que é o entendimento de um facto histórico (incluindo aí um acto de criação), dentro de um contexto determinado», (p. 216-217)

Finalizo com um juízo de valor: apenas por suscitar muitas hipóteses, verificações e conclusões já deve ser fixado o valor e a importância do sirventês político. Além de ressuscitar a Idade Média, desfazendo alguns equívocos aos olhos dos contemporâneos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ameal, J. (1974): *História de Portugal* (das origens até 1940). 7. ed. Porto: Livraria Tavares Martins.
- Anglade, J. (1908): *Les troubadours*. Paris: Armand Colin.
- Asensio, E. (1970): *Poética y realidad en el cancionero peninsular de la Edad Media*. 2. ed. aum., Madrid: Gredos.
- Auden, W. H. (1971): «Satire». In *Satire: modern essays in criticism*. New Jersey: Prentice-Hall, p. 202-204.
- Bakhtin, M. (1981): *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária.
- Bakhtin, M. (1987): *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Trad. de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec-EDUBr.
- Belperron, P. (1948): *La croisade contre les albigeois*. Paris: Plon.
- Bobbio, N. et alii (1986): *Dicionário de política*. Trad. de Luís Guerreiro Pinto Cacais et alii e rev. geral de João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília.
- Bryant, A. (1966): *The medieval foundation*. London: Collins.
- Curtius, E. R. (1957): *Literatura européia e Idade Média latina*. Trad. de Teodoro Cabral e Paulo Rónai. Rio de Janeiro: I.N.L.
- Dubois, J. et alii (1974): *Retórica Geral*. Trad. de Carlos Felipe Moisés e outros, São Paulo: Cultrix-Edit. da USP.

- Elliott, R. C. (1972): *The power of satire: magic, ritual, art*. New Jersey: Princeton University Press.
- Franco Jr., H. (1986): *A Idade Média (O nascimento do Ocidente)*. São Paulo: Brasiliense.
- Gama Barros, H. da (1945): *História da administração pública em Portugal nos séculos XIII a XV*. 2. ed. Lisboa: Sá da Costa, v. II.
- Gilson, E. (1952): *La philosophie au Moyen Age*. 2<sup>ème</sup>. ed. rev. et augm. Paris: Payot.
- Herculano, A. [s.d.]. *História de Portugal*. 8. ed. def. Lisboa-Rio de Janeiro-São Paulo-Belo Horizonte: Bertrand- Editora Paulo de Azevedo Ltda. Tomo V e VI.
- Highet, G. (1961): *The anatomy of satire*. New Jersey: Princeton University Press.
- Huizinga, J. [s.d.]. *O declínio da Idade Média*. Trad. de Augusto Abelaira, Lisboa-Rio de Janeiro: Ulisséia.
- Jeanroy, A. (1934): *La poésie lyrique des troubadours*. Toulouse-Paris: Edouard Privat et Henri Didier, 2 v.
- Jeanroy, A. (1974): *Anthologie des troubadours*. XII<sup>ème</sup> – XIII<sup>ème</sup> siècles. Edition refondue. Textes, notes, traductions par J. Boelcke. Paris: A. G. Nizet, [Collection Les Classiques d'oc, publiés sous la direction de Jean Boutière].
- Kernan, A. P. (1971): «A theory of satire». In *Satire: modern essays in criticism*. New Jersey, Prentice-Hall, p. 249-277.
- Lapa, M. R. (1970): *Cantigas d'escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*. 2. ed. rev. e acres. [Coimbra] Editorial Galáxia.
- Lapa, M. R. (1973): *Lições de literatura portuguesa (Época Medieval)*. 8. ed. rev. e acresc., Coimbra: Coimbra Editora Ltda.
- Lausberg, H. (1972): *Elementos de retórica literária*. Tradução, prefácio e aditamentos de R. M. Rosado Fernandes, 2. ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.



- Martins, M. (1984): «No centenário da Morte de Afonso X, o sábio» (+ 1284). *Brotéria: cultura e informação*, Lisboa, 119 (5): 392-402.
- Menéndez Pidal, D. C. (1962): *De Alfonso X al conde de Barcelos*. Madrid, Gredos.
- Oliveira Marques, A. H. de (1965): *Ensaio de história medieval*. Lisboa: Portugalia Editora.
- Paulson, R. (edited by) (1971): *Satire: modern essays in criticism*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Pellegrine, S. (1961): «Pero da Ponte e il provenzalismo di Alfonso X», *Annali*, Napoli, III, 1:127-137.
- Picchio, L. S. (1968): *Martin Moya. Le poesie*. Roma: Edizioni dell'Ateneo. [Col. Officina Romanica, no. 11].
- Picchio, L. S. (1969): *A lição do texto*. Trad. de Alberto Pimenta. Lisboa: Edições 70, [Col. Signos, no. 20].
- Piel, J. M. (1966): «Coteifes, orpelados, panos d'arrazes e martinhos». *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra, XIV: 1- 12.
- Pluquet *et alii* (1857): *Dicionário universal das heresias, erros e scismas, ou memórias para servirem à história dos desvarios do entendimento humano acerca da religião christã*. Trad. de Antônio Gomes Pereira. Porto: Cruz Coutinho Editor, [Verbete *Manicheismo*, p. 671].
- Portugaliae Monumenta Historica («Scriptores») (1956): Olisipone, Typis Academicis, v. I.
- Sánchez Pérez, J. A. (1944): *Alfonso X El Sabio*. Madrid: M. Aguilar Editor, [(Col. Crisol), 30].
- Strayer, J. (s.d.): *As origens medievais do Estado Moderno*. Trad. de Carlos da Veiga Ferreira, Lisboa: Gradiva-Publicações. [Col. Construir o passado].
- Sutherland, J. (1967): *English satire*. Cambridge, University Press.

- Scholberg, K. R. (1971): *Sátira e invectiva en la España medieval*. Madrid: Gredos.
- Tavani, G. (1964): *Le poesie di Ayra Nunes*. Milano, Ugo –Merendi Editore, [Collezione internazionale di Filologia Romanza, no. 1].
- Tavani, G. (1967): *Repertório metrico della lirica galego-portoghese*. Roma, Edizioni dell'Ateneo [Col. Officina Romanica, no. 7].
- Vasconcelos, C. M. de (1924): «Em volta de Sancho II». *Lusitânia*, Lisboa, II (I): 7-25.
- Vasconcelos, C. M. [s.d.]. *Lições de filologia portuguesa*. [Lisboa] [Dinalivro].
- Vasconcelos, J. L. de (1959): *Lições de filologia portuguesa*. 3. ed., Rio: Livros de Portugal.
- Vedel, V. (1933): *Ideales de la Edad Media*. 2. ed. Barcelona - Buenos Aires: Labor.
- Viterbo, Fr. J. de S. R. de (1966): *Elucidário*. Ed. crítica. Porto-Lisboa: Livraria Civilização, 2 v.
- Zumthor, P. (1972): *Essai de poétique médiévale*. Paris: Éditions du Seuil.